

**O IMPACTO DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE O PROCESSO DE
DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL**
*THE IMPACT OF TRADE LIBERALISATION ON THE PROCESS OF
DEINDUSTRIALISATION IN BRAZIL*

Larissa Regina Arruda de Oliveira¹
José Alderir da Silva²

Resumo

Nos últimos anos tem ocorrido um intenso debate sobre um possível processo de desindustrialização na economia brasileira, na tentativa de identificar suas causas e seus efeitos. O presente artigo se insere nesse debate com o objetivo de analisar se esse processo de desindustrialização tem sido provocado também pela maior abertura comercial da economia brasileira. Para isso, será realizada uma análise de dados que permita observar se essa relação tem alguma relevância no caso do Brasil.

Palavras-chave: Desindustrialização, abertura comercial, economia brasileira.

Abstract

In recent years there has been an intense debate about a possible de-industrialization process in the Brazilian economy, in an attempt to identify its causes and its effects. This article is included in this debate for the purpose of analyze whether this process of de-industrialization has also been caused by bigger trade liberalization of the Brazilian economy. For this, there will be a data analysis to see if this relationship has any relevance in the case of Brazil.

Keywords: De-industrialization, trade liberalization, the Brazilian economy.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1. INTRODUÇÃO

O processo de desindustrialização é intrínseco ao processo de desenvolvimento. Inicialmente, o setor agropecuário é que concentra maior participação do emprego no emprego total, porém à medida que este setor vai se modernizando, parte do emprego é liberada para o setor industrial, que se encontra em sua fase inicial e, portanto, aumentando sua participação no emprego total em detrimento do setor primário. Contudo, quando este setor encontrar-se moderno, começa também a dispensar trabalhadores que tendem a ser absorvidos pelo setor em ascensão, ou seja, o setor de serviços.

Assim, de acordo com Rowthorn e Ramaswamy (1999) e Conforme Rowthorn e Wells (1987), a desindustrialização é resultante de uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Porém, segundo Silva & Lourenço (2014), tratar a desindustrialização apenas pelo lado do emprego, não mostra as possíveis mudanças estruturais que ocorrem na economia, sendo que a participação no PIB de cada setor permanece a mesma, o que altera é apenas a participação do emprego. Além disso, deixa de considerar a importância da indústria para economia, já que a preocupação é com a realocação do emprego dispensado.

Diante disso, Tregenna (2009) faz uma reformulação do conceito e afirma que a desindustrialização seria a ocorrência da redução tanto do emprego industrial como a redução da participação da produção industrial na produção total, destacando a importância da indústria como motor do crescimento.

Nesta perspectiva, a indústria de transformação é o elemento dinâmico da economia, considerada por Kaldor (1966), o motor do crescimento econômico. Uma vez que seu fraco desempenho pode trazer consequências como o aumento do desemprego, desequilíbrio em contas externas e interrupção precoce do ciclo de crescimento econômico.

No entanto, a desindustrialização possui duas conotações, uma positiva e outra negativa. A primeira, acontece quando a desindustrialização ocorre no momento em que o nível de renda *per capita* da economia se encontra no nível de país desenvolvido, ou seja, é um processo natural do desenvolvimento econômico, por é denominada de desindustrialização natural. A segunda conotação, pode ser entendida quanto a desindustrialização ocorre quando o nível de renda per capital não alcançou ainda o nível de país desenvolvido, ou seja, ocorreu antes que o país tivesse passado por todos os estágios do desenvolvimento, por isso sua denominação é dada por desindustrialização precoce.

No Brasil vem ocorrendo um intenso debate tanto na mídia como no meio acadêmico de o país padece de um processo de desindustrialização precoce. Assim, o objetivo deste trabalho será identificar qual a influência da abertura comercial nesse processo. Para isso, o artigo está dividido em mais duas seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção mostra os indicadores usuais da desindustrialização. E a segunda, os indicadores que visam cumprir com o objetivo deste artigo.

2. Desindustrialização no Brasil: os indicadores usuais

A indústria brasileira vem passando por um processo de perda na participação da economia desde o final dos anos 1980. Ao analisar o gráfico 1, percebe-se dois períodos distintos. O primeiro período de 1950-1985 e o segundo 1986-2013.

O primeiro período é caracterizado por um intenso crescimento e de grandes transformações estruturais na indústria resultantes de duas políticas industriais: Plano de Metas (1956-1961) e o II PND (1974-1979). Diante disso a indústria aumentou sua participação no PIB, de 24,96% em 1950 para 47,97% em 1985.

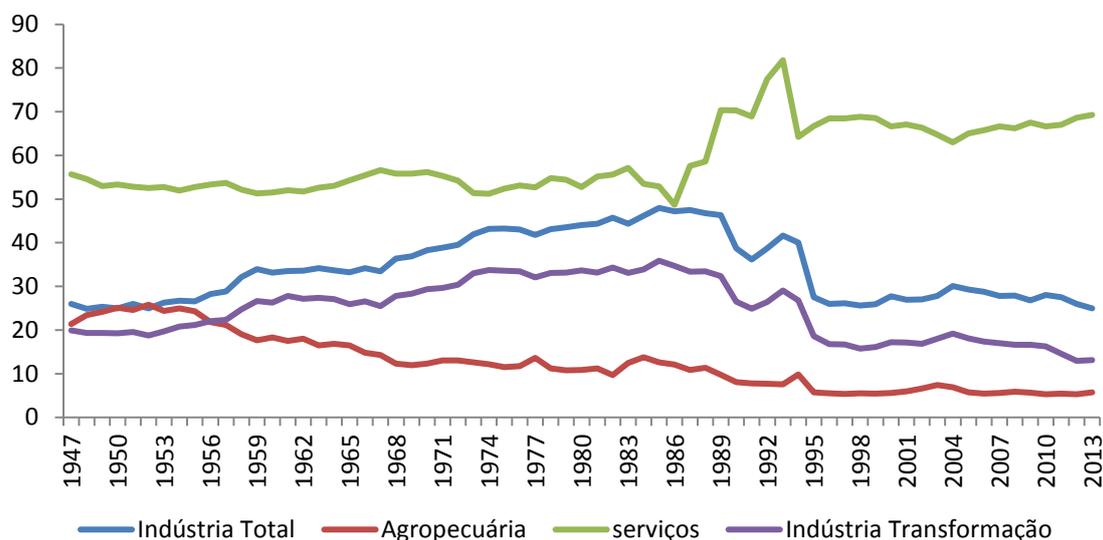
No segundo período percebe-se a desaceleração da indústria total e da indústria de transformação. Em 1986 a participação da indústria total era de 47,20% e em 2013 apresenta a participação de 24,98% e a indústria de transformação apresenta a mesma tendência, em 1986 a participação era de 34,66% e em 2013 passou a ser 13,13%. Esta queda de participação deve-se a ocorrência de alguns eventos externos e internos, como: o segundo choque do petróleo, o aumento dos juros externo, crise da dívida, aumento da inflação doméstica (1980), e as crises financeiras ocorrida no México, países Asiáticos, Rússia (1990), e a crise do subprime nos Estados Unidos (2008), além de um período considerado em que a taxa de câmbio permaneceu apreciada (2004-2011). Esses eventos afetaram de forma negativa o crescimento da indústria por ter impactado o ambiente macroeconômico e a demanda agregada.

Já participação da agropecuária no valor adicionado apresenta uma trajetória decrescente deste os anos 50, onde o pico foi alcançado em 1952 com a participação de 25,81% e em 2013 a agropecuária apresenta a participação de 5,71% no valor adicionado.

Quanto à participação do setor de serviços se manteve estável até 1986, cuja participação foi de 48,69% no valor adicionado, após esse período o setor de serviços apresenta um crescimento rápido até 1993 onde a participação corresponde a 81,82% do PIB,

após esse período o setor teve uma queda e desde então se mantém em uma trajetória de crescimento ao longo dos anos e em 2013 atingiu a participação de 69,32% do PIB.

Gráfico 1 - Participação percentual do Valor Adicionado, a preços básicos, de setores da economia no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1947-2013.



FONTE: IPEADATA (2015)

Aceitando a hipótese de desindustrialização, existe a necessidade de se conhecer o tipo do fenômeno, se é natural ou precoce. Ao analisarmos o *turning point*, no gráfico 1, verificamos que ele inicia no momento em que a renda *per capita* da economia está abaixo da renda considerada de país desenvolvido.

Silva e Lourenço (2014, apud Banco Mundial, 1986), argumentam que quando a indústria atingiu sua maior participação no PIB de 32%, a renda *per capita* era de US\$ 4.753, valor inferior ao verificado nos países desenvolvido, que atingiram o *turning point* com a renda *per capita* entre US\$ 10.000 a US\$ 15.000. Desse modo Palma (2005), Oreiro & feijó (2010), Bresser-Pereira & Marconi (2009) e Oreiro & Marconi (2011) afirmam que na economia brasileira está passando por um processo de desindustrialização precoce.

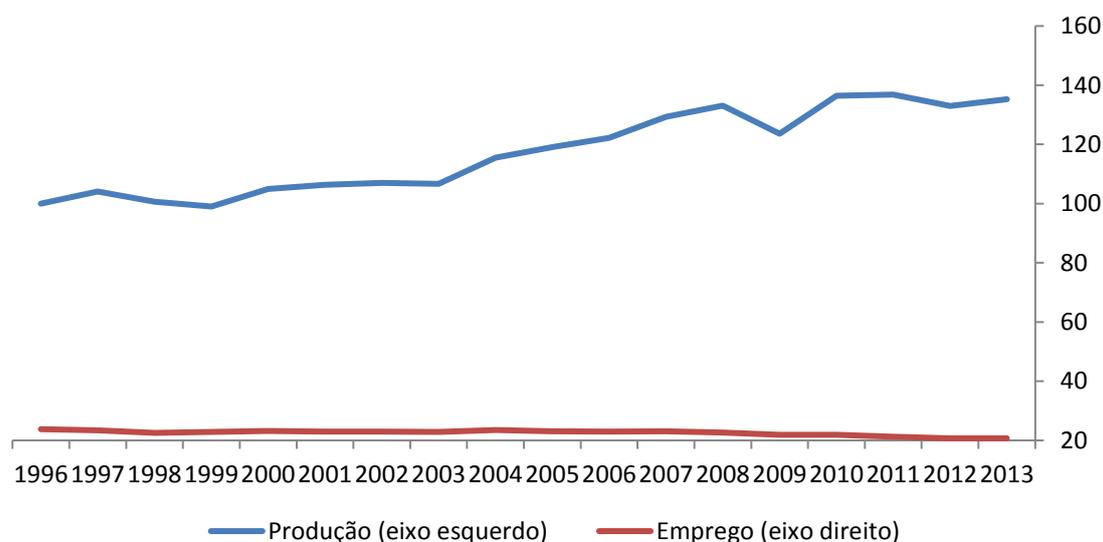
Neste sentido, o caso brasileiro, apresenta um comportamento da indústria um formato de U invertido, sendo considerado neste aspecto também por Squeff (2012), um processo de desindustrialização com a conotação negativa iniciada a partir 1986.

Hirschman (1958) aponta que a indústria é essencial para a dinâmica econômica, dado o seu elevado nível de encadeamentos para frente e para trás em relação aos outros setores e as externalidades positivas e os efeitos de transbordamentos seriam mais relevantes no setor industrial. Desse modo, percebemos a importância do desenvolvimento industrial

devido à geração de externalidades positivas na economia como um todo. Furtado (1972) também afirma que a atividade industrial influencia o desempenho da economia mundial e os investimentos industriais são o canal por onde penetra o progresso tecnológico.

Ao analisar o gráfico 2, após a crise de 2008 observa-se uma queda contínua da participação do emprego na indústria de transformação bem como na produção da indústria de transformação, porém após 2009 há uma recuperação da produção industrial e em contrapartida a participação do emprego industrial continua em queda. Esta queda do emprego industrial pode ser efeito da transferência de mão de obra dos setores industriais para o de serviços resultantes do aumento da produtividade da mão de obra, ou seja, menos trabalhadores são necessários para a produção de uma mesma quantidade de bens.

Gráfico 2 - Produção industrial - indústria de transformação - quantum - índice dessaz. (média 1996 = 100) e Participação do Emprego na indústria de transformação (%).



FONTE: IPEADATA (2015)

Todavia, Silva e Lourenço (2014) argumentam que esse indicador de emprego apresenta problemas. Uma vez que pós-2005 houve um forte processo de formalização do emprego, principalmente no setor serviços. Dessa maneira, a redução do emprego industrial pode estar associada ao aumento da formalização do emprego e não necessariamente ao processo de desindustrialização. Outra explicação alternativa para essas trajetórias distintas entre a produção e o emprego, encontra-se também na maior terceirização de atividades antes desenvolvida pelas próprias indústrias e que passaram a ser direcionadas para o setor de serviços, de modo que o emprego continuou sendo industrial, mas agora contabilizado como do setor de serviços.

Em suma, quando se trata da desindustrialização em termos de participação da indústria no PIB e a participação do emprego industrial verifica a ocorrência deste fenômeno. Porém se a perda do emprego industrial for compensada pelo emprego em uma área dinâmica do setor de serviços esse fenômeno seria natural, trazendo impactos positivos para a economia.

A questão de que o Brasil está passando ou não por um processo de desindustrialização é tema de embates entre diversos autores (vide Silva & Lourenço, 2014; Oreiro & Marconi (2014); Vergnhanini, 2013). No entanto, o propósito neste trabalho não é discutir se a economia sofre desse processo ou não, mas verificar se parte da desindustrialização ou da perda de participação da indústria de transformação em termos de valor adicionado foi derivada da abertura comercial. Esta perspectiva é apresentada na próxima seção.

3. O Grau de Abertura comercial e Taxa de Cobertura Global

O final da década de 1980 foi caracterizado por mudança na política comercial, depois de um período marcado pela política de substituição das importações cujo objetivo era promover a indústria nacional por meio de medidas protecionistas, o Brasil começou o processo de liberalização comercial.

Assim, a abertura comercial tende a promover algumas consequências segundo Brum & Heck (2005) como: reduzir as pressões inflacionárias; redefine salários; reduz ou elimina o chamado “efeito deslocamento” (*crowding out*) do investimento privado; torna a economia interna vulnerável às turbulências iniciadas no exterior, porém, auxilia a dissipar as turbulências originárias no interior do país; afeta a política fiscal na medida em que esta, admitindo um caráter expansionista, será transferida a outros países via maiores importações; e permite construir uma economia mais diversificada e adaptável às alterações da oferta e demanda, assimilando melhor o chamado ciclo de negócios prosperidade-recessão. Nesta perspectiva, o aumento dos preços internos se revela mais difícil, uma vez que o consumidor busca produtos similares no exterior, implicado que a expansão econômica pode não acarretar riscos inflacionários.

O grau de abertura comercial é um indicador relevante para analisar a integração do país com o resto do mundo, desse modo é possível verificar se o Brasil após o processo de liberalização econômica tornou-se realmente uma economia aberta.

O grau de abertura é a razão entre o somatório das relações internacional em relação ao PIB.

$$GA = \frac{X + M}{PIB}$$

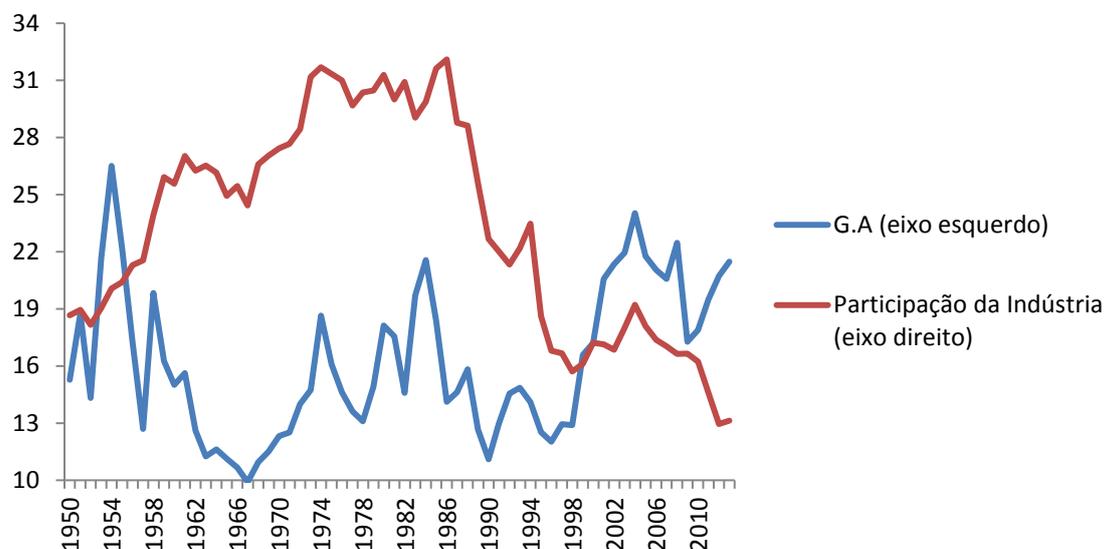
Onde: X representa o valor das exportações; M representa o valor das importações; PIB representa o Produto Interno Bruto.

A taxa de cobertura global analisa qual é a percentagem das importações que é coberta pelas exportações. Esta taxa pode ser encontrada pela razão entre exportação e importação. Desse modo se a taxa de cobertura global for maior que 100% expressa que o país tem competitividade comercial, já uma taxa menor que 100% expressa dependência comercial. O país precisa financiar suas importações por outra via que não as exportações, como empréstimos ou reservas internacionais, tornando a economia mais vulnerável a choques externos.

Verifica-se no gráfico 3, que o período entre 1950 a 2013 o Brasil expandiu o seu grau de abertura comercial, porém em nenhum momento ultrapassou os 30%, o valor máximo alcançado foi 27% em 1954.

Durante o período do milagre econômico (1968 - 1973), o grau de abertura econômica apresentou um crescimento devido ao crescimento das exportações e das importações frente ao crescimento do PIB. No entanto, o crescimento das importações foi superior ao das exportações, como fica evidente pela queda da taxa de cobertura, refletindo o aumento da dependência externa durante o período do “milagre econômico”. Contudo, como nesse período ocorreu o favorecimento ao capital externo, essa abertura comercial tenderia a ocorrer independentemente da evolução das exportações e importações.

Gráfico 3: Grau de Abertura Comercial e Participação da indústria no PIB (%):1950-2013



FONTE: Elaboração própria a partir de dado do Banco Central do Brasil (2015)

Algo semelhante, porém inverso, ocorreu também na década de 1980, uma vez que em meio a crise da dívida foi necessário implementar políticas para favorecer as exportações e, com isso tentar gerar divisas para o pagamento da dívida externa. Deste modo, os graus de abertura comercial (gráfico 3) e de cobertura total (gráfico 4) aumentaram.

Após a década perdida, é implementada a política de abertura comercial promovida pelo que ficou conhecido como consenso de Washington, o que contribuiu para aumentar do grau de abertura nos anos 1990. Nesse período, a adoção do plano real e o fim das políticas de substituição das importações, contribuíram para o aumento gradativo da abertura comercial.

Nos anos 2000, o país aumentou consideravelmente seu grau de abertura, tanto as exportações como as importações aumentaram resultante da influência do crescimento chinês e da sobreapreciação cambial nesse período, bem como do crescimento da renda doméstica.

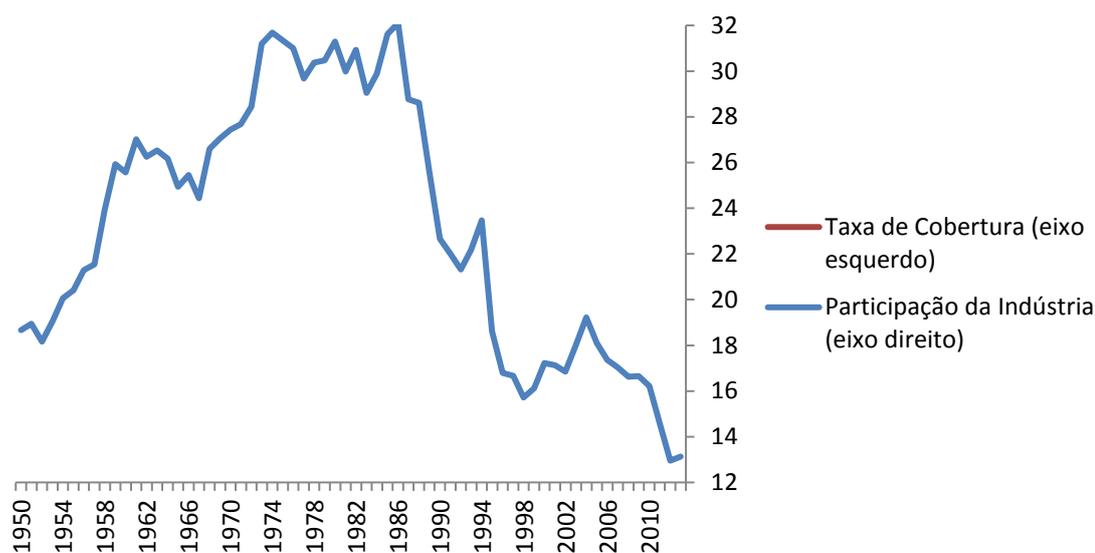
Entretanto quando comparado com outros países, o Brasil apresenta um baixo grau de abertura econômica. De acordo com Banco Mundial, um país é comercialmente aberto quando alcança um grau de abertura de 30%. Ao analisar o gráfico 3, observa-se que em nenhum momento o país atingiu essa marca. Bacha (2013) afirma que o país é economicamente isolado em relação ao comércio internacional, com exportações de apenas 12,5% do PIB que representou menos de 1,3% do total mundial em 2012 sendo os efeitos desse isolamento o baixo crescimento do PIB, alta inflação e a desindustrialização.

A participação da indústria de transformação no PIB parece apresentar uma relação direta com o grau de abertura da economia até o final da década de 1990. Porém a partir dos

anos 2000, essa relação é enfraquecida, dado que o Brasil apresentou uma maior abertura, mas a participação da indústria diminuiu, sobretudo, pós-2004. Isto é, os impactos positivos da abertura comercial da economia brasileira sobre a indústria brasileira tornou-se cada vez menores ao longo dos anos. Isto pode ter sido provocado por dois fatores: i) a perda de competitividade da indústria de transformação e ii) a ascensão da China como grande produtor de bens manufaturados ao longo dos anos 2000.

Quando se observa a taxa de cobertura global da economia brasileira, gráfico 4, pode ser visto que a economia brasileira realmente perdeu competitividade, dado que a taxa de cobertura global da economia apresentou queda entre o final da década de 1980 e finais dos anos 1990. No início dos anos 2000, ocorreu uma reação que durou até a crise financeira de 2008-09, desde então, a competitividade do país apresentou uma trajetória acentuada de queda, levando com sigilo a participação da indústria no PIB.

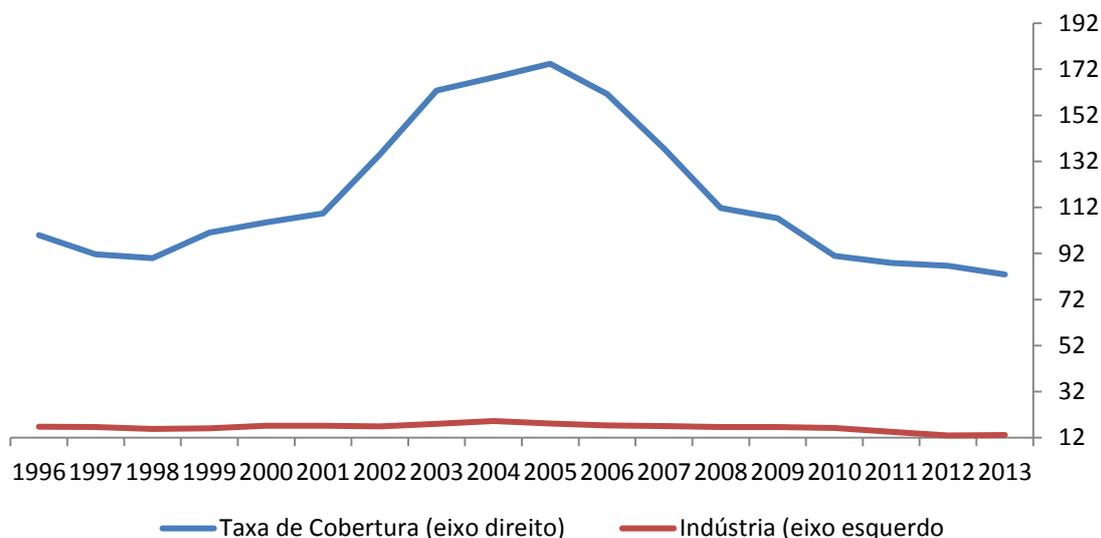
Gráfico 4: Taxa de Cobertura Global e Participação da indústria no PIB (%): 1950-2013



FONTE: Elaboração própria a partir de dado do Banco Central do Brasil (2015)

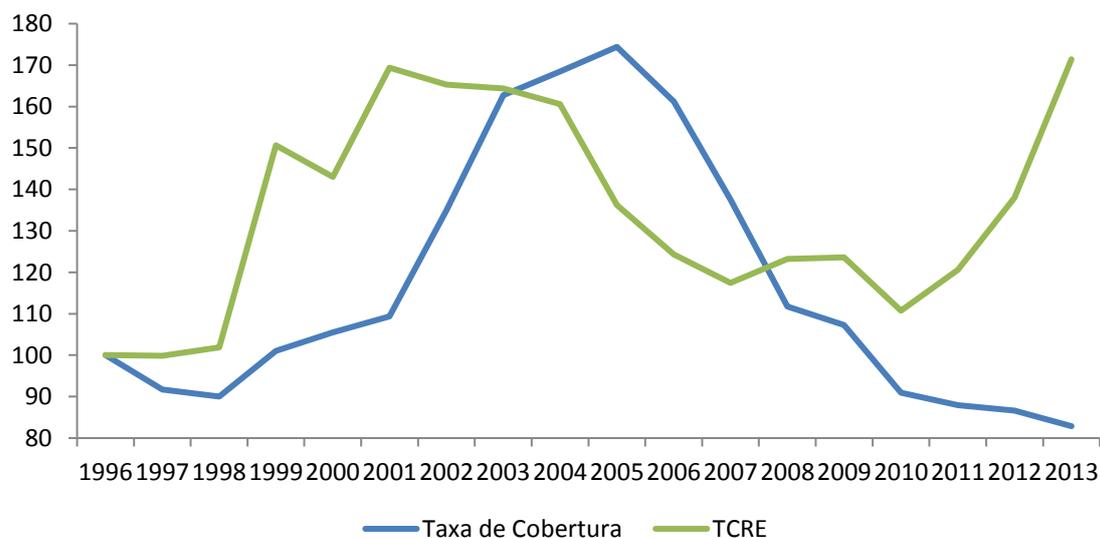
No entanto, é preciso separar a indústria de transformação dos demais setores para se observar de forma mais clara esse efeito. Quando feito isso, gráfico 5, verifica que entre 2001-2008 o país apresentou crescimento das exportações de produtos industriais maior que as importações, porém já apresentava perda de dinamismo em 2005. Após esse período, observa-se o aumento das importações dos bens industriais em relação às exportações constituindo um setor deficitário, conforme pode ser visto pela tabela 1.

Gráfico 5 – Taxa de cobertura de bens manufaturados (1996 = 100) e Participação da indústria no PIB (%): 1996-2013.



FONTE: Elaboração própria a partir de dado do MDIC (2015)

Gráfico 6 – Taxa de cobertura de bens manufaturados (1996 = 100) e Taxa de Câmbio Real Efetiva (TCRE, 1996 = 100): 1996-2013.



FONTE: Elaboração própria a partir de dado do MDIC (2015)

No entanto, o grau de cobertura da indústria de transformação parece estar relacionado com a taxa de câmbio real efetiva, pelo menos até 2012. Essa apreciação cambial foi fator fundamental para controlar a inflação³ no período apresentado no gráfico 6, porém a

³ Vide Bresser-Pereira (2013).

contrapartida foi a perda de competitividade da indústria de transformação frente aos concorrentes externos.

Contudo, mesmo com essa perda de competitividade da indústria de transformação representada pela taxa de cobertura, observa-se que os setores de média-baixa e baixa intensidade tecnológica são a exceção, uma vez que a balança comercial destes foi superavitária entre 1996 e 2013.

Ao analisar a balança comercial dos produtos industriais por intensidade tecnológica, verifica que o saldo apresentou uma melhora nos anos 2000 bem como uma melhora do saldo total dos produtos indústrias, em decorrência do ciclo expansionista da economia mundial, porém esse saldo volta a ser negativo em 2008 no mesmo período que ocorre uma forte queda no saldo total, influenciado pela crise financeira internacional.

Tabela 1 – Balança Comercial dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica(*): 1996 a 2013 - US\$ milhões.

Ano	Alta	Média-alta	Média-baixa	Baixa	Não industriais	Produtos Industriais	SBC (Total)
1996	-8380	-9727	2887	10130	-510	-5089	-5599
1997	-9570	-11982	1853	9916	3029	-9782	-6753
1998	-8838	-12369	1350	9436	3797	-10421	-6624
1999	-7656	-9982	1912	11171	3264	-4554	-1290
2000	-7342	-8695	1434	11435	2403	-3168	-765
2001	-6842	-10719	1725	14365	4091	-1470	2621
2002	-4525	-6935	3979	15481	5119	8000	13119
2003	-5296	-3292	6594	19962	6791	17968	24758
2004	-7548	-2447	10182	25324	8129	25511	33640
2005	-8377	494	12257	28862	11473	33235	44708
2006	-11839	-908	12914	32084	13869	32251	46120
2007	-15044	-10126	11950	35178	18070	21958	40028
2008	-21932	-29169	9648	40158	26040	-1294	24746
2009	-18431	-26504	6144	33423	30640	-5368	25272
2010	-26497	-38983	-4712	39440	51019	-30753	20267
2011	-30981	-51240	-4576	43539	73051	-43259	29793
2012	-31118	-52473	-2903	41462	64439	-45032	19407
2013	-34120	-58819	-2560	41017	57040	-54483	25577

FONTE: SECEX/MDIC

(*) Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

No que se refere a indústria de média-alta e alta intensidade tecnológica apresenta déficit em quase todos os períodos e a partir de 2008 o déficit é mais acentuado nesses

setores, influenciado pela crise neste último ano, dado que estes apresentam uma alta elasticidade renda da demanda em relação os bens indústrias de baixa intensidade tecnológica.

Diante disso, observa-se que o impacto da abertura comercial sobre a indústria de transformação não é homogêneo, mas o efeito negativo se sobrepõe ao positivo, dado que o resultado do saldo comercial total foi um *deficit* superior aos US\$ 54 milhões.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste *paper* foi tentar verificar os impactos da abertura comercial sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira.

Ao analisar dados referentes ao grau de abertura e cobertura comercial, verificou-se o Brasil permanece uma nação isolada, ou seja, a economia brasileira não é integrada a economia mundial e ainda possui uma indústria dependente de uma política cambial favorável a exportação para se tornar competitiva.

O grau de abertura da economia brasileira aumentou significativamente desde 1995, mas essa abertura não ocorrer devido ao crescimento das exportações industriais frente às importações. Pelo contrário, além da contribuição do PIB, com seu crescimento de “voos de galinha” nas décadas de 1990 e 2000, as exportações de bens manufaturados tiveram quedas consideráveis, como visto. Portanto, a abertura comercial observada pelos dados, foi causada pelo crescimento das importações e pelo crescimento das exportações de *commodities*, salvo algumas exceções.

Se por um lado, as importações contribuíram para controlar a inflação indiretamente, por outro, substituiu parte do consumo doméstico que era atendido pelas indústrias nacionais, provocando efeitos nocivos sobre a indústria de transformação da economia brasileira.

Com efeito, diante de uma queda dos preços internacionais das *commodities*, o saldo da balança comercial tende a obter sucessivos déficits tornando a economia dependente da entrada de capitais especulativos para fechar seu balanço de pagamentos e, portanto, aumentando a dependência externa⁴ e gerando mais efeitos nocivos sobre a indústria nacional. Já que para atrair esses capitais, é necessária uma alta taxa de juros e, assim, desestimulando novos investimentos no setor industrial.

⁴ Vide Silva e Nascimento (2015).

A abertura comercial deve ser feita, mas desde que se tenha uma indústria forte para competir com os produtos importados, caso contrário a estrutura produtiva da economia tende a ser regredida a produção de bens de baixo conteúdo tecnológico, prevalecendo as ideias neoclássicas das vantagens comparativas. Cabe ao governo, formular uma política industrial, embora isso seja mais fácil de mencionar do que de realizar, dados os interesses envolvidos. Mas isso não cabe ao escopo deste artigo.

5. REFERÊNCIAS

BACHA, E. Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial. Versão de 12/09/2013 de texto para sessão do Fórum Nacional de 18 e 19/09/2013. Disponível em: <http://iepecdg.com.br/uploads/texto/130902BACHAFNAC.pdf>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: < www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01 de Maio 2015.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. “Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência”. Texto para Discussão no. 7, mar 2010, Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). 2014. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao tripé macroeconômico e à direita liberal e dependente. Revista Novos Estudos, São Paulo, n. 95, p. 5-15, mar. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Doença Holandesa e desindustrialização. Valor Econômico, 25 de novembro, 2009.

BRUM, L.; HECK, C. R. Economia internacional: uma síntese da análise teórica. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. IE/UNICAMP, jan. 2012.

FURTADO, C. Análise do modelo Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2015

IEDI – INTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente. São Paulo, maio, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata. 2015. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>Acesso em: 20 mar. 2015.

MDIC. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em 15/09/2015.

HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

KALDOR, N. "Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom". Cambridge University Press, 1966.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. "Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro". *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, jun. 2010.

OREIRO, J. L. A armadilha juros-câmbio: a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro. 04 de abril de 2014. Disponível em: <https://jlcoreiro.wordpress.com/2014/04/04/armadilha-juros-cambio-a-continuidade-do-desequilibrio-macroeconomico-brasileiro/>. Acesso em: 12 maio 2015.

PALMA, J. G. De-industrialisation, 'premature' de-industrialisation and the dutch-disease. *Revista NECAT - Ano 3, nº5 Jan-Jun de 2014*.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. *De-industrialisation and Foreign Trade*, Cambridge University Press. 1987.

SILVA, J. A. A Questão da Desindustrialização no Brasil. *Revista Economia & Tecnologia (RET) Volume 10, Número 1, p. 45-75, Jan/Mar 2014*.

SILVA, J. A.; NASCIMENTO, A. T. A sustentabilidade das contas externas brasileiras no período 2000-13. *Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 45-62, 2015*.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Revisitando o conceito de Desindustrialização. *Revista OIKOS, Rio de Janeiro, V. 13, n. 1, 2014, pag. 57-73*.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Desindustrialização em debate: teses e equívocos no caso da economia brasileira. *Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 57-76, 2014*.

SQUEFF, G. Controvérsias sobre a desindustrialização no Brasil. In: *IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB) Rio de Janeiro, 2011*.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally". *Cambridge Journal of Economics, Vol. 33, 2009*.

VERGNHANINI, R. O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000. *Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2013*.